



Ata nº 028 da Sessão Ordinária nº 028, de  
29 de abril de 2014.

Às nove horas do dia vinte e nove de abril de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA**, **CEZAR COLARES**, **ANTÔNIO JOSÉ**, **SÉRGIO LEÃO**, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 0464/2014; ausência justificada do Conselheiro, **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 015/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 1400012007-00; Prefeitura Municipal de Placas; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Santo Pereira de Oliveira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Placas a aprovação, com ressalva, das contas do Executivo, exercício de 2007, de responsabilidade de Santo Pereira de Oliveira, que deverá recolher aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor R\$-14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) pela remessa fora do prazo dos Relatórios de Gestão Fiscal, prevista no Art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 3: **Processo nº 30022010-00; Câmara Municipal de Afuá; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Edna Maria Bezerra Ferreira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Afuá, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Edna Maria Bezerra Ferreira, com recolhimento ao FUMREAP/TCM de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo descumprimento do art. 50, II, da LRF, com fulcro no art. 282-B, do RI/TCM/Pa. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 70022010-00; Câmara Municipal de Anajás; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Osélio Cavalcante; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:**



Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 400022010-00; Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Amarildo Gonçalves Pinheiro; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com ressalva, da Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Amarildo Gonçalves Pinheiro, com recolhimento aos Cofres Municipais, nos termos do Art. 35, da LC nº 084/2012 c/c Art. 278, § 1º e 287, §§ 4º e 5º do RI/TCM/PA, do valor de R\$-111,39 (cento e onze reais e trinta e nove centavos), e ao FUMREAP, nos termos do Art. 35, da LC nº 084/2012 c/c Art. 278, § 1º do RI/TCM/PA, no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais) pelo descumprimento do art. 50, II da LRF, a teor do que prescreve o art. 282, I, "b" do RI/TCM/Pa. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1400022007-00; Câmara Municipal de Placas; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Reginaldo dos Santos Soares; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Placas, exercício de 2007, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-558.175,86 (quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 260022011-00; Câmara Municipal de Colares; Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Antonio Carlos Monteiro de Oliveira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela aprovação, com ressalvas, da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Colares, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Antônio Carlos Monteiro de Oliveira, em favor de quem deve ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-570.372,75 (quinhentos e setenta mil, trezentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos), pelas despesas ordenadas, após a comprovação do recolhimento, a título de multa, do montante de R\$-7.200,00 (sete mil e duzentos reais), correspondente a 30% do total da remuneração recebida no exercício, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal, com fundamento no art. 5º da Lei Federal nº 10.028/2000 "*. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia



divergiu do Relator e votou pela não aprovação das contas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Câmara Municipal de Colares, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Antônio Carlos Monteiro de Oliveira, com recolhimento de multa no montante de R\$-7.200,00 (sete mil e duzentos reais), correspondente a 30% do total da remuneração recebida no exercício, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal, com fundamento no art. 5º da Lei Federal nº 10.028/2000. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pela não aprovação das contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 930022006-00; Câmara Municipal de Garrafão do Norte; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Antônio Pereira de Araújo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da Câmara Municipal de Garrafão do Norte, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Antonio Pereira de Araújo, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 dias, da quantia de R\$-576,04 (quinhentos e setenta e seis reais e quatro centavos), referente as diferenças apontadas nos registros do saldo e da transferência do executivo, lançadas à Conta "Agente Ordenador". Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 882722005-00; Fundo Municipal de Educação de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: Carmen Lúcia Guimarães Santiago; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Concórdia do Pará, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Carmen Lúcia Guimarães Santiago, a qual deverá providenciar no prazo de 30 dias, os seguintes recolhimentos ao Erário Municipal: - conta "Agente Ordenador" no montante de R\$-96.442,62 (noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos), devidamente corrigido; - com base no art. 282, I, "b" do Regimento Interno deste Tribunal, o valor de R\$-12.162,99 (doze mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e nove centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do montante de R\$-1.216.298,29 (um milhão, duzentos e dezesseis mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos), dos encargos patronais que não foram devidamente apropriados no período legal; ao FUMREAP, com base no art. 284, I, do Regimento Interno deste Tribunal, o valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), em razão do atraso no envio das prestações de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis".* **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal



de Educação de Concórdia do Pará, exercício de 2005, de responsabilidade da Sra. Carmen Lúcia Guimarães Santiago, com recolhimento aos Cofres Públicos do valor de R\$-96.442,62 (noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos), referente a conta "Agente Ordenador", devidamente corrigido, e com base no art. 282, I, "b" do Regimento Interno deste Tribunal, o valor de R\$-12.162,99 (doze mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e nove centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do montante de R\$-1.216.298,29 (um milhão, duzentos e dezesseis mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos), dos encargos patronais que não foram devidamente apropriados no período legal; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), em razão do atraso no envio das prestações de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 33982010-00; Fundo Municipal de Saúde de Afuá;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Ana Cláudia Lima de Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das Contas do Fundo Municipal de Saúde de Afuá, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Ana Cláudia Lima de Souza, com recolhimento das seguintes multas: aos Cofres Municipais: - R\$-2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), pelo descumprimento do art. 50, II da LRF (não apropriação correta dos encargos patronais), com fundamento do Art. 282, I-b, do RI/TCM/Pa; ao FUMREAP, R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo descumprimento do Art. 164, § 3º da CF/881 c/c Art. 43 da LRF, mantendo em caixa o valor de R\$ 158.511,24. **Processo nº 72022010-00; Fundo Municipal de Saúde de Anajás;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Dilma da Silva Soares; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Anajás, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Dilma da Silva Soares, com os seguintes recolhimentos ao FUMREAP: - R\$-4.000,00 (quatro mil reais), multa pelo atraso considerável no envio das prestações de contas quadrimestrais, com base no Art. 284, IV, do RI/TCM/PA; - R\$-4.366,69 (quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos), multa pela ausência de processo licitatório no montante de R\$-436.669,15 (quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) e irregularidades em processos realizados, com base no Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA; - R\$-3.000,00 (três mil reais), pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais e o não repasse ao INSS dos valores totais retidos, com base no Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA; encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por





ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 583912010-00; Fundo Municipal de Educação de Portel;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Rosângela Maria de Souza Fialho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Portel, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Rosângela Maria de Souza Fialho, com recolhimento ao FUMREAP/TCM das seguintes multas: - R\$-4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), pelo atraso considerável da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre, nos termos do Art. 284, IV, do RI/TCM/Pa; - R\$ 8.000,00 (oito mil reais), pelo não repasse ao INSS e IMPP dos valores retidos dos servidores e o descumprimento do Art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), com fundamento no Art. 282-B, do RI/TCM/Pa; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não envio do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEB, com fulcro no caput do Art. 284, do RI/TCM/Pa; - R\$-6.000,00 (seis mil reais), sobre as despesas de R\$-1.127.874,32 (hum milhão, cento e vinte e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos), não licitadas, com base no art. 57 da LC nº 084/2012; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 672792011-00; Fundo Municipal De Assistência Social De Santa Cruz Do Arari;** Prestação de Contas – Exercício 2011; Responsável: Jorge Alves Felipe; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz do Arari, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de Jorge Alves Felipe, com os seguintes recolhimentos: I - aos Cofres Municipais, nos termos do Art. 35, da LC nº 084/2012 c/c Art. 278, §1º e 287, §§ 4º e 5º do RI/TCM/PA, R\$-1.919,40 (hum mil, novecentos e dezenove reais e quarenta centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; II - ao FUMREAP, nos termos do Art. 35, da LC nº 084/2012 c/c Art. 278, §1º do RI/TCM/PA, R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo atraso significativo no encaminhamento da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre, com base no Art. 284, III e IV do RI/TCM/PA; - R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela realização de despesas sem processo licitatório no valor de R\$ 80.812,40 (oitenta mil, oitocentos e doze reais e quarenta centavos), como determina o Art. 57, I "b" da LC nº 84/2012; - R\$-1.000,00 (hum mil reais) pelo descumprimento do Art. 50, II da LRF, ao teor do que prescreve o Art. 282, I, "b" do RI/TCM/Pa; e R\$-1.000,00 (hum mil reais) face as divergências de valores na contratação de temporários e pela omissão na remessa dos contratos temporários para as despesas realizadas nos elementos 3190,04, a teor do que prescreve o Art. 282, II, "b" do RI/TCM/Pa; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de



votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 93972002-00; Fundo Municipal de Saúde de Augusto Corrêa;** Prestação de Contas – Exercício 2002; Responsável: Suzana C. Lobão (01.01 a 04.04.2002) e Eliana de Fátima Lobão Coelho (05.04 a 31.12.2002); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1330052008-00; Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá;** Prestação de Contas – Exercício 2008, Anuais de Gestão; Responsável: Albenor Bezerra Pontes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá, referente ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 940052006-00; Fundo Municipal de Saúde de Mãe do Rio;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Ronaldo da Silva Santos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Mãe do Rio, exercício financeiro de 2006, que esteve sob a responsabilidade do Sr. Ronaldo da Silva Santos, em favor de quem deve ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-2.897.445,36 (dois milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 613982006-00; Fundo Municipal de Saúde de Primavera;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Maria das Graças Oliveira da Trindade - Secretária; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Primavera, exercício de 2006, sob a responsabilidade da Sra. Maria das Graças O. da Trindade, por estarem irregulares, nos termos do art. 32,III, "c" da Lei Orgânica desta Corte. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1410142006-00; Fundo Municipal de Saúde de Quatipuru;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Maria Lúcia Carneiro da Costa (01.01 a 30.09.2006) e Thiersi Anne Reis (01.10 a 31.12.2006); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério



Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201311601-00; Prefeitura Municipal de Baião;** Prestação de Contas – Exercício 2007, Recurso de Reconsideração contra a decisão contida na Resolução nº 10.968/13; Responsável: Benedita do Pilar Lobo Dias; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 21: **Processo nº 1140022003-00; Câmara Municipal de Goianésia do Pará;** Prestação de Contas – Exercício 2003, Recurso de Revisão contra a decisão proferida no Acórdão nº 17.272; Responsável: Evaldo Mendes de Sousa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, conheço do presente Recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento devendo ser reformado o Acórdão nº 17.272, desta feita pela aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Goianésia do Pará, exercício financeiro de 2003, que esteve sob a responsabilidade do Sr. Evaldo Mendes de Sousa, em favor de quem deve ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-579.362,46 (quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e seis centavos), pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Às dez horas e cinquenta e cinco minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 23 e 24: **Processo nº 201300148-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria - Portaria nº 1671/12, de 10.12.12 - Revisão de Proventos; Interessado: Luiz Fernando Macedo da Silva; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1671/2012-GP/IPAMB, de 10/12/12, afetado consequentemente o registro anterior. **Processo nº 201306034-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria - Portaria nº 0396/13, de 20/03/13; Interessada: Maria da Gloria Ribeiro Ramos; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 02: **Processo nº 1150022006-00; Câmara Municipal de Benevides;** Prestação de Contas – 2006, Retirado de Pauta na Sessão de 02.10.2013; Responsável: Abelardo Cruz da Silva (01.01 a 23.08.2006), Sandra Palharini Campana (24.08 a 31.12.2006); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Retirado de pauta, com



autorização de reabertura de instrução, se houver necessidade. Às onze horas e vinte minutos o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 20: **Processo nº 201300951-00; Câmara Municipal de Chaves; Prestação de Contas – Exercício 2007, Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 22.473, de 02.08.2012; Responsável: Manoel Martins Cavalheiro; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.629, de 25.04.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, alterando-se a decisão anterior prolatada nos termos do Acórdão nº 22.473, de 02.10.10, para considerar regulares as contas prestadas por Manoel Martins Cavalheiro, referente ao exercício financeiro de 2007, da Câmara Municipal de Chaves, com a expedição do Alvará de Quitação, no montante de R\$ 681.560,85 (seiscentos e oitenta e um mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos). Às onze horas e quarenta e cinco minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 22: **Processo nº 201405747-00; Prefeitura Municipal de Ourém; Outros - Consulta; Responsável: Valdemiro Fernandes Coelho Junior - Prefeito Municipal; Relatora: Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em Discussão**. Em seguida, a Conselheira Relatora proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu aprovar a minuta de Resolução apresentada, nos termos do voto da Conselheira Relatora, com as seguintes respostas as questões formuladas: "1 – Em que situação poderá se dar à certificação da existência de anterior processo de seleção pública, dos Agentes Comunitários de Saúde, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, da Lei nº 11.350/2006, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do artigo 2º da Emenda Constitucional nº51, de 14 de fevereiro de 2006?" Resposta: "A dispensa de novo certame de seleção de pessoal para os ora exercentes de atividades de ACS/ACE se dá mediante a existência de processo anterior, observados os princípios da Administração do caput do art. 37. A lei regulamentadora fala em certificação, devendo este ato ser entendido com a demonstração concreta da existência do processo de seleção e, como sendo espécie do gênero concurso público, deve ter os atos dele decorrentes – de natureza complexa, ressalte-se – registrados pelo Tribunal de Contas. Para manutenção do pessoal, igual formalismo também cabe para a demonstração da efetiva supervisão e autorização da administração direta do respectivo ente da federação a admitir o ACS/ACE, imprescindível a responsabilização do gestor público por suposto ato contrário à lei;" "2 – Os novos processos seletivos terão período de validade, uma vez que a Lei nº 11.350/2006 não dispôs expressamente sobre essa matéria?" Resposta: "Considerando o processo seletivo simplificado como espécie particular do gênero concurso público, especialmente ante à omissão legislativa sobre a matéria, razoável adotar o prazo de dois anos capitulado no art. 37, III, da CF;" "3 – Os Municípios deverão criar, através de lei, os cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate a endemias, no caso de escolha pelo





regime de contratação estatutário, ou embora, sejam contratados para empregos públicos (em princípio, regidos pela C.L.T.), poderão mesmo assim estar sob o regime estatutário?" Resposta: "Nos exatos termos da Emenda Constitucional 51 e Lei 11.350/06, os ACS/ACE não são ocupantes de cargo público, mas sim ocupantes de função pública, não devendo haver a criação de cargos públicos para as suas atividades e, por consequência não se submetem a concurso público, mas apenas ao processo seletivo simplificado. Para as admissões após a publicação da decisão cautelar da ADI 2.135, 07.03.2008, deve ser observada a unicidade de regime jurídico; "4 – Municípios que optarem por criar cargos públicos de agente comunitários de saúde e agente de combate a endemias, poderão dispensar que os agentes que já estiverem em atividade e que foram contratados através de processo seletivo, sejam obrigados a se submeter ao concurso público, para continuarem desempenhando a atividade?" e "5 – Pode um município manter servidores públicos com regimes jurídicos de contratação diferenciados, após a liminar concedida em 02/08/2007, pelo Supremo Tribunal Federal, na ADIN nº2.135-4?" Resposta: "Reitera-se a impossibilidade de ACS/ACE ocupar cargo público, especialmente se seu ingresso não se deu por concurso. Não há, por ora, obrigatoriedade de dispensa dos profissionais celetistas que se sujeitaram ao processo seletivo, desde que antes da manifestação do Supremo, dado o efeito *ex nunc* da decisão na ADI 2.135, ainda que inexorável o seu deslinde pela constitucionalidade quanto ao mérito da ação, haja vista o vício formal do processo legislativo. Mesma sorte não têm os ACS/ACE admitidos após esta decisão e que estejam enquadrados no regime da CLT, ainda que aprovados em prévio processo de seleção. Não havendo processo de seleção anterior à EC 51, ainda que estatutários, a manutenção destes ACS/ACE é precária e obriga a Administração a novo processo seletivo." A título de informação no ano de 2006 o Brasil tinha 217.234 Agentes Comunitários de Saúde, conforme consta no anexo A do citado Manual do Ministério da Saúde, o qual orienta de forma bem didática àqueles que tenham interesse em realizar processo seletivo público para os ACS e ACE. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 25: **Processo nº 201113430-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção – IPMR;** Aposentadoria - Portaria nº 016, de 01.03.2012, que concede Aposentadoria Voluntária a Servidora; Interessada: Maria Barbosa da Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201116390-00; Instituto de Previdência dos Servidores de Santana do Araguaia – IPRESA;** Aposentadoria - Portaria nº 073/2012, de 09.10.2012, que concede Aposentadoria Voluntária com Proventos Proporcionais ao Tempo de Contribuição e Idade à Servidora; Interessada: Dalva Belém Mesquita; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O



Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201220464-00; Instituto De Previdência Do Município De Tucumã - IPMT; Aposentadoria - Portaria nº 018, de 03.12.2012, que concede Aposentadoria Voluntária Com Proventos Proporcionais ao Tempo e Contribuição e Idade ao Servidor; Interessado: Sebastião Gonçalves de Almeida; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201220465-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã - IPMT; Aposentadoria - Portaria nº 015, de 01.11.2012, que concede Aposentadoria Voluntária com Proventos Proporcionais ao Tempo de Contribuição e Idade ao Servidor; Interessado: Geraldo de Lima e Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201220467-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã – IPMT; Aposentadoria - Portaria nº 019, de 03.12.2012, que concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição e Idade a Servidora; Interessada: Zenaide Neves do Nascimento; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201220468-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã; Aposentadoria - Portaria nº 017, de 03.12.2012, que concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição e Idade a Servidora; Interessada: Julia Maria dos Santos Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201220469-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã - IPMT; Aposentadoria - Portaria nº 020, de 03.12.2012, que concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição e Idade ao Servidor; Interessado: Raimundo Ferreira de Sousa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência



proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201220470-00; Instituto de Previdência do Município de Tucumã – IPMT;** Aposentadoria - Portaria nº 016, de 01.11.2012, que concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição e Idade ao Servidor; Interessado: Idelcy da Silva e Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201209318-00; Instituto de Previdência do Município de Santana do Araguaia – IPRESA;** Pensão - Portaria nº 011/2013, de 06.02.2013; Interessado: Antônio Francisco Rodrigues Mota e Ludimila de Almeida Mota, Respectivamente, Cônjuge e Filha; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201101238-00; Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia;** Decretos de Nomeação de Rafael Pires Pinheiro e Outros, Candidatos Aprovados nos Termos do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2009; Interessado: Álvaro Brito Xavier - Prefeito; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro dos atos de nomeação, exceto o de Ezequiel da Silva Vieira. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro dos Decretos de Nomeação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2009, da Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia, para exercerem diversos cargos, tudo de acordo com o art. 37, II da Constituição Federal; negar registro ao Decreto nº 0399/2011 (fls.101), no pertinente a nomeação de Ezequiel da Silva Vieira para o cargo de Professor P-II (Educação Infantil e 1ª a 4ª séries) – Zona Rural, em razão de seu nome não constar na lista de aprovados no processo seletivo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200918895-00; Prefeitura Municipal de Rio Maria;** Decretos de Nomeação de Candidatos Aprovados nos Termos do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2007, para exercerem o Cargo Efetivo de Agente de Combate às Endemias (Maria José de Oliveira e Outros); Interessado: João Gomes Dantas - Prefeito em Exercício; Ministério Público: Procuradora - Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. Retirado de Pauta. **Processo nº 201013457-00; Prefeitura Municipal de Rio Maria;** Decretos de Nomeação de Candidatos aprovados nos Termos do Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2010, para exercerem o Cargo Efetivo de Agente Comunitário de Saúde (Saura Duarte dos Santos Pereira e Outros); Interessado: Walter José da Silva – Prefeito; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. Cumprindo



dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Decretos de Nomeação de candidatos aprovados nos termos do Processo Seletivo Público nº 001/2010, da Prefeitura Municipal de Rio Maria para exercerem o cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, tudo de acordo com o art. 198, § 4º, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.350/2006. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201100290-00; Câmara Municipal de Ourilândia do Norte; Nomeação - Portarias nº's 041/2011; 042/2011; 043/2011; 044/2011; 045/2011; 046/2011; 047/201; 048/2011; 049/2011; 050/2011; 051/2011 e 052/2011 (Fausto Antônio Oliveira Amorim e Outros); Interessado: José Barreira Borges - Presidente Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201016043-00; Prefeitura Municipal de Oriximiná; Contratos Temporários – 2010; Interessada: Maria Tarcízia Pinheiro Chagas e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora para apresentar proposta de Decisão: Auditora Adriana Oliveira (Originário: Conselheira Mara Lúcia).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora convocada apresentou sua **proposta de Decisão**: " *I. Considerar Legal e determinar o Registro dos Contratos Temporários nº 094/2010 à 166/2010 (Relacionados às fls. 188 a 193 dos autos) celebrado entre Prefeitura Municipal de Oriximiná e o Sr. Ademix Wai Wai e Outros, para atender às necessidades extraordinárias da Aldeia Indígena na EMEF: Indígena Wai Wai, e Negar Registro aos Contratos Temporários nº 02/2010 à 93/2010, nº 167/2010 à 236/2010, e nº 243/2010 à 260/2010, firmados com Maria Tarcízia Pinheiro Chagas e outros, pois apresentam natureza permanente e ordinária. II. Recomendar que os próximos Contratos encaminhados a este Tribunal sejam instruídos com comprovante de publicação, sob pena de negativa de registro; III. Juntar à prestação de contas, uma vez expirado o prazo de vigência dos contratos*" . **Em votação**: a Conselheira Mara Lúcia ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada. O Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam a Relatora, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Contratos Temporários de nº's 094/2010 a 166/2010 celebrado entre Prefeitura Municipal de Oriximiná e o Sr. Ademix Wai Wai e Outros, para atender às necessidades extraordinárias da Aldeia Indígena na EMEF: Indígena Wai Wai, e Negar registro aos Contratos Temporários de nº's 02/2010 a 93/2010, nº's 167/2010 a 236/2010, e nº's 243/2010 a 260/2010, firmados com Maria Tarcízia Pinheiro Chagas e outros, pois apresentam natureza permanente e ordinária; com a recomendação de que os próximos Contratos encaminhados a este Tribunal sejam instruídos com comprovante de publicação, sob pena de negativa de registro; Juntar à prestação de contas, uma vez expirado o prazo de vigência dos





contratos. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201310680-00; Secretaria Municipal de Saúde - SESMA/PMB;** Contrato de Locação nº 008/13, de 09.05.13, com José Nunes de Pinho através de sua Representante Legal, Maria da Conceição Rodrigues Pinho; Interessado: Joaquim Pereira Ramos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201218156-00; Câmara Municipal de Ananindeua;** Resolução nº 002/2012, que fixa os Subsídios dos Vereadores; Interessada: Raimunda Nonata Rocha Teixeira - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato, com ressalva ao subsídio estabelecido para o Vereador Presidente, aplicação do redutor constitucional para adequação do mesmo aos limites legais e glosa do montante eventualmente excedido, a ser apurado na análise da Prestação de Contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo cadastramento parcial da Resolução nº 002/2012, que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores de Ananindeua para o período de 2013/2016, ressaltando o parágrafo único do art. 1º, do referido Ato que estabeleceu a remuneração do Vereador Presidente em desacordo com os limites estabelecidos no art. 29, inciso VI, "e" e no art. 37, XI, ambos da CF/88, cabendo, ainda, a necessária modulação dos efeitos desta decisão, a partir da sua publicação, advertindo o Chefe do Legislativo Municipal quanto à necessidade de aplicação do redutor constitucional ao valor fixado para a remuneração do Vereador Presidente, sob pena de glosa do montante eventualmente excedido na correspondente prestação de contas*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. **Processo nº 201214246-00; Câmara Municipal de Parauapebas;** Ato - Lei nº 4.449/2012, de 13.06.2012, que concede Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores; Interessado: José Alves de Lima - Presidente da Câmara; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201214248-00; Câmara Municipal de Parauapebas;** Subsídio - Lei nº 4.503 de 12.06.2012, que dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Subsídios dos Vereadores; Interessado: José Alves de Lima - Presidente da Câmara; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: O Conselheiro Daniel Lavareda relatou que recebeu, na



qualidade de Revisor em Pedido de Vista, um memorial referente as contas da Prefeitura Municipal de Palestina do Pará, exercício de 2001 para que fosse juntado ao processo de prestação de contas. Desta forma, solicitou a autorização do Plenário, com a aquiescência do Conselheiro Cezar Colares, para que seja reaberta a instrução do processo e devolvido o pedido de Vista ao Conselheiro Relator dos autos. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura de instrução processual e a devolução dos autos Conselheiro Relator, Cezar Colares.

**DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; 1) Processo nº 201117845-00 (II vls); Câmara Municipal de Parauapebas; Portaria nº 382/2011, que nomeiam Marcelo Eder Ribeiro e outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2010. 2) Processo nº 201311445-00; Fundação Papa João XXIII; Contratos temporários de Jozinaldo da Luz Ferreira e outros. Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; 1) Processo nº 201117276-00; Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Paragominas; Aposentadoria de Darcilene Santos Sousa. 2) Processo nº 201104631-00; Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMEC; Convênio nº 004/2011, firmado com o Grupo Assistencial Solar do Acalanto. Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; 1) Processo nº 201220364-00; Prefeitura Municipal de Marabá; Auditoria Operacional em Meio Ambiente – Licenciamento Ambiental voltado à avaliação institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém – SEMMA. 2) Processo nº 201302530-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Ercília Maria de Barros. 3) Processo nº 201313822-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria de Maria do Socorro Barbosa Sampaio. 4) Processo nº 201204953-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão de Maria Pereira da Silva. 5) Processo nº 201220250-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão de Rodrigo Pereira Siqueira. 6) Processo nº 201220335-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão de Thiago Oliveira Batista e Alexandre Chaves Carvalho. Relatora - Conselheira Mara Lúcia; 1) Processo nº 201308357-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos temporários por tempo determinado de Aldenor Trindade da Silva e outros. Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; 1) Processo nº 201217331-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Casemira Teixeira Borem. 2) Processo nº 201217719-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Valdete do Socorro Serrão Moura. 3) Processo nº 201217724-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Elias Mendonça Alves. 4) Processo nº 201217722-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Raimunda Silvana da Costa Barbosa. 5) Processo nº 201217563-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Suely Conceição da Silva. 6) Processo nº 201300147-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Revisão de proventos da Aposentadoria de Vera Lucia da Racha Pereira. 7) Processo nº 201105060-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria Sergia de Souza Silva. 8) Processo nº 201218195-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de



Belém – IPAMB; Aposentadoria de Maria Amparo da Gama. 9) Processo nº 201218660-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria de Alcimar de França Cunha. 10) Processo nº 201218864-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria de Irani Viana dos Santos Correa. 11) Processo nº 201214761-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Raimundo Pereira Raiol. 12) Processo nº 20121343-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Mauro Ricardo Chagas Monteiro. 13) Processo nº 201216280-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Elisa Siqueira da Silva. 14) Processo nº 201217470-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria de Nazaré Maia Abreu. 15) Processo nº 201217838-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Claudia Maria Juca Leite. 16) Processo nº 201218187-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Raimundo Elpidio Neves Almeida. 17) Processo nº 201218188-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria Rosangela Silva de Nazaré. 18) Processo nº 201220549-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão de Maria Margarida da Silva e Candido Monteiro da Silva Filho. 19) Processo nº 201218050-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua; Pensão de Rodrigo Evangelista de Carvalho. 20) Processo nº 201106324-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas; Decretos que nomeiam Alessandra Eidyane Fonseca de Barros e outros. Relator - Conselheiro Sérgio Leão; 1) Processo nº 201219621-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua; Pensão de Sérgio Siqueira Amorim. 2) Processo nº 201219625-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Ananindeua; Pensão de Weverton de Souza Barroso e Ana Caroline de Souza Barros. 3) Processo nº 201311125-00; Prefeitura Municipal de Tracuateua; Contratos temporários de Geraldo Maria Ribeiro de Melo e outros. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e quarenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e nove de abril de dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão